

nomista e ex-ministro da Fazenda



O economista **Antonio Delfim Netto** é uma personalidade

complexa. Em um país polarizado, não dá para enquadrá-lo em nenhuma vertente ideológica. Ferrenho defensor do salário mínimo e do programa Bolsa Família, está longe de ser "cozinha". Tampouco pode ser considerado "petralha", já que é categórico ao afirmar que a presidente afastada Dilma Rousseff é responsável por uma quantidade “monumental” de violações.

O fato de ter sido filiado à Arena e ministro responsável pela economia durante 13 dos 21 anos da ditadura militar também é uma tentação para colocá-lo mais à direita do espectro político. Porém, foi um dos principais conselheiros do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva enquanto este estava no Palácio do Planalto.

No seu campo de especialização, classifica o mercado como o sistema mais eficiente de produção de riquezas. Isso não basta para rotulá-lo de ortodoxo, pois garante que ninguém descreveu tão bem o capitalismo e suas falhas quanto Karl Marx — o autor ocupa boa parte de sua biblioteca.

As aparentes contradições de Delfim Netto se estendem à sua opinião sobre a “lava jato”. O economista é acusado de ter recebido valores de propina para ajudar um consórcio a ganhar a licitação para a Usina Hidrelétrica de Belo Monte (PA). Apesar disso, é um admirador da operação que catapultou procuradores, policiais federais e o juiz Sergio Moro ao status de celebridade.

A seu ver, a "lava jato" está acabando com as relações promíscuas entre Estado e empresas, aprimorando as instituições e criando condições para o Brasil voltar a crescer. Quanto às acusações que pesam contra si, Delfim Netto diz que só obteve honorários por serviços de consultoria regularmente prestados.

E a “lava jato” não tem “nenhuma” culpa pela atual crise do país, avalia o ex-ministro. De acordo com ele, o atual cenário foi gerado pelos erros de Dilma na condução da economia. Entre eles, a diminuição



“populista” do preço da energia elétrica, a redução forçada da taxa de juros e o controle do preço da gasolina.

Mas o erro decisivo, na visão de Delfim, veio quando a petista nomeou Joaquim Levy para o Ministério da Fazenda, um mês após ser reeleita. Assim, ela adotou sem rodeios as medidas de austeridade defendidas pelos seus adversários Aécio Neves (PSDB) e Marina Silva (PSB), que tanto criticara durante a campanha eleitoral.

“Com isso, ela perdeu toda a credibilidade, e pior: naquele mesmo instante, ela perdeu dois terços dos que haviam lhe dado um voto de confiança, para os quais ela não prestou a menor satisfação por que tinha mudado. Então, é imediato”, opina o economista.

Para piorar, o PT lutou contra Eduardo Cunha (PMDB-RJ) pela presidência da Câmara dos Deputados, e perdeu feio. Com a economia, o Congresso Nacional e a sociedade contra, Dilma perdeu a capacidade de governar, e virou alvo de um processo de *impeachment* por condutas que, em condições normais, seriam punidas apenas com “um puxão de orelha do Tribunal de Contas da União”, argumenta Delfim Netto.

Com a recente morte do ex-ministro da Casa Civil Rondon Pacheco, Delfim virou o último sobrevivente da reunião que aprovou o Ato Institucional 5, que recrudescer a censura, suspendeu o Habeas Corpus de acusados de crimes políticos e deu ao Executivo o poder de dissolver o Congresso.

Embora na ocasião tenha achado a norma “insuficiente” e defendido a possibilidade de o presidente fazer “certas mudanças constitucionais”, o ex-ministro elogia o modelo de sociedade estabelecido pela Constituição de 1988 — a qual ajudou a escrever como deputado. E mais: ele alega que o direito de defesa “deve ser o mais amplo possível”.

Na manhã de 1º de julho, o economista recebeu a revista **Consultor Jurídico** em seu escritório, um pequeno castelo de pedra na Zona Oeste de São Paulo. A sala dele é repleta de caricaturas que o retratam e de fotos com seu neto.

Por exatamente uma hora, ele analisou a situação do Brasil quase deitado na cadeira de sua mesa de trabalho, e gesticulando para enfatizar seus argumentos. Na conversa com a **ConJur**, Delfim Netto ainda elogiou as propostas econômicas do presidente interino Michel Temer (seu companheiro de PMDB), discutiu o papel do Judiciário e criticou o sistema tributário do país.

Leia a entrevista:



ConJur – Como o Brasil chegou a essa situação?

Delfim Netto – Não tem nenhum mistério nisso: foi o curso natural da história. A história, na verdade, é uma coleção de acidentes. Não há uma lei histórica. Então, houve essa desintegração muito rápida, que é produto de um desarranjo, da incapacidade do Executivo em assumir o seu protagonismo. O que aconteceu é só isso. Em 2011, Dilma fez um bom governo: cresceu 3,9%; a inflação estava no teto da meta; o superávit primário era de 3%, 2,5%; o déficit fiscal, de 3%; até reduziu a relação dívida x PIB. Em 2012, ela estava com um prestígio bastante alto, mas aí começou a fazer algumas intervenções voluntaristas.

ConJur – Como a de abaixar o preço da energia elétrica?

Delfim Netto – A energia foi o caso mais típico, porque foi uma medida que, no curto prazo, obteve uma grande aprovação da população, porque a população é "curtoprazista". Então, o preço da energia caiu 20%, e todas as pessoas que pensam um pouco sabiam que em um ano, um ano e meio, dois anos, aquilo iria voltar com uma vingança e subir 50%. Mas durante o período em que isso foi feito, Dilma subiu cinco pontos na aprovação da população. Ela gostou disso. Aí pôs a mão nos juros, mas não deu para o Banco Central as condições fiscais para sustentar a baixa de juros, então depois subiu mais 5%. Aí pôs a mão no câmbio. Ela destruiu a Petrobras com o controle de preços, destruiu o setor de etanol, destruiu o setor de energia. Com o câmbio valorizado, destruiu a indústria. Dilma estava no auge da sua popularidade e no auge de todos os seus erros. Daqui para frente, as pessoas devem perceber que o governo não pode fazer política com pesquisa de opinião. O Brexit [saída do Reino Unido da União Europeia, aprovada em junho] é a mesma coisa. Até o final de 2013, não estava uma tragédia, mas chegou 2014, e ela decidiu fazer o diabo para se reeleger. O [chanceler alemão] Otto Bismarck dizia que nunca se mente tanto como antes de uma eleição, durante uma guerra ou depois de uma pescaria. Ela exagerou. Elegeu-se, e elegeu-se demonizando a política econômica do seu opositor [Aécio Neves (PSDB)], dizendo que aquilo tudo estava errado. E elegeu-se com um pouquinho mais de um terço dos votos. O Aécio teve um pouquinho menos de um terço. E um terço não soube usar o segundo turno, que não é para você eleger quem quer, mas para escolher o menos pior. Jogaram fora essa oportunidade e ela foi eleita. Uma vez eleita, ela assumiu o programa que tinha demonizado, do Aécio, e escolheu para executá-lo um profissional altamente competente, que era o Joaquim Levy, mas que pensa exatamente o oposto dela. Com isso, ela perdeu toda a credibilidade, e pior: naquele mesmo instante, ela perdeu dois terços dos que haviam lhe dado um voto de confiança, para os quais ela não prestou a menor satisfação por que tinha mudado. Então, é imediato. Ela é eleita com dois terços mais um pouquinho, um mês depois está com 10% de aprovação. Com isso, ela criou uma situação extremamente delicada, perdeu a credibilidade. Não satisfeita, ela se mete em uma briga para eleger o presidente da Câmara, e perde. Daí para frente, ela perdeu toda a condição de continuar. Nunca mais conseguiu aprovar nada, foi se enrolando para cima e para baixo, a recessão se aprofundando dramaticamente. Quer dizer, entre o último trimestre de 2014 e o último trimestre de 2015, o Brasil perdeu quase 6% do PIB. É um negócio absurdo. Hoje estamos com 11 milhões de desempregados. A maior demonstração de que ela tinha perdido completamente o protagonismo foi na questão da dívida dos estados. O Nelson [Barbosa, último ministro da Fazenda de Dilma] tinha um bom programa. E quem se opôs ao programa? O PT. Quer dizer, ela não tinha nem o partido dela mais. Aí Dilma comete um ato espantoso, que permite que aquele problema da dívida fosse levado ao Supremo. O Supremo, em pânico, deu 60 dias para que o Executivo resolvesse. O Temer entrou e resolveu. E resolveu muito bem, da melhor maneira possível. Isso já podia



ter sido resolvido, só não foi porque ela já não tinha mais o controle da situação. Essa é a prova mais concreta de que Dilma já não tinha condição de administrar o país. Dilma é uma pessoa correta, tem honestidade de propósito, e uma ideia interessante de procurar a modicidade tarifária, mas se atrapalhou na administração.

ConJur – Qual é o peso que se pode dar ao fator “lava jato” para essa situação a que chegamos?

Delfim Netto – Nenhum. A “lava jato” é um processo que aconteceu no mundo inteiro, nos Estados Unidos talvez no século XIX. A operação está atacando uma relação incestuosa que se criou muito recentemente entre o Estado e as empresas. Esses exageros que estão aí é coisa recente, de 20 anos, até menos. O que importa é que a “lava jato” já mudou a concepção das relações entre Estado e empresas. Hoje, por conta da operação, o *compliance* da empresa é mais importante que o presidente. O *compliance* tem mais poder para decidir se um negócio vai ser feito do que o diretor tesoureiro. Está sendo introduzida uma ordem institucional nessas relações que quando terá efeitos no crescimento do país — o Brasil vai crescer 1% ao ano nos próximos 150 anos por conta da “lava jato”. A operação não impede o crescimento. Pelo contrário: ela já está criando as condições para o crescimento mais robusto sem essa relação incestuosa entre o Estado e as empresas.

ConJur – O quadro desse alegado combate à corrupção é mais uma iniciativa brasileira ou das novas leis internacionais sobre o assunto, que surgiram a partir dos anos 90?

Delfim Netto – Não, nós somos parte do mundo. Na verdade, nós já estávamos copiando essas instituições. O que ninguém nunca teve ideia é do laxismo que tinha sido produzido nas estatais. Esses instrumentos de controle tanto existem como estão sendo usados, e se aperfeiçoam cada vez mais. É o que eu volto a dizer: estamos em um processo de grande aperfeiçoamento institucional, de republicanização. Estamos em processo em que ninguém está acima da lei, o que, no fundo, é a base da República. Mesmo assim, o direito de defesa deve ser o mais amplo possível. Você tem que fazer justiça. A Justiça demora porque quer fazer justiça; então, o direito de defesa não pode ser tolhido de nenhuma forma. Não é dizer que agora vai ter aqui todo tipo de recurso, mas dar para o cidadão a oportunidade de se defender é fundamental.

ConJur – Nós partimos de uma tolerância exagerada e estamos caminhando para uma intolerância exagerada?

Delfim Netto – Nós partimos de um laxismo e estamos caminhando para a ordem. Pode haver um exagero aqui ou um exagero ali, mas estou convencido de que a sociedade introjetou a necessidade de por ordem no país, e é isso que está acontecendo.

ConJur – Mas isso não pode gerar um cenário de demonização da política e valorização apenas de entidades acusatórias como a polícia e o Ministério Público?

Delfim Netto – A sociedade vai ter que aprender que não tem milagre. Se não respeitarmos as restrições físicas da economia, as restrições da contabilidade nacional e o fato de que tem que haver uma harmonia entre o crescimento do consumo e o crescimento do investimento, nunca vamos ser uma sociedade civilizada. Hoje, há no mundo 25 ou 30 sociedades civilizadas. São todas democracias. Elas têm seus problemas internos, todas têm, mas seguem o mesmo modelo, que é esse que está na Constituição de 1988. Então, não é preciso ter grandes novidades, é preciso ter um pouco de cabeça para não fazer grandes besteiras. O Brasil é tão rico que permite que, de vez em quando, joguemos recursos fora, mas é preciso ter uma linha. O que aconteceu é isso. Quando o Executivo perde o seu protagonismo, o sistema



não funciona. O tal presidencialismo de coalizão nem presidencializa nem coaliza. O que o Temer fez? O Temer entendeu que não tem grande diferença de diagnóstico entre as várias tribos ou várias igrejas que compõem e economia. Não importa se keynesiano, kaleckiano, marxista – todo mundo tem um diagnóstico de que você tem um desastre fiscal. Não tem problema de talentos para usar esse diagnóstico e corrigir, tem abundância de talentos. Por que não acontece nada? Porque não tem poder político para executar o diagnóstico e entregá-lo nas mãos de pessoas competentes. Então como é que ele [Temer] começou? Ele começou por onde se salva o economista, através da política. Ele construiu inicialmente uma espécie de parlamentarismo de ocasião, e está usando-o para aprovar aquelas medidas que Dilma não conseguiu aprovar. Então ele está na direção certa. Por que a coisa não funciona mais depressa? Por que as pessoas não investem? Por que não sabem quem vai ser o presidente no Natal. A única coisa que eu sei é que não vai ser o Papai Noel.

ConJur – O Ministério Público Federal está querendo algo pelo qual os partidos políticos estão sendo punidos: ficar com um percentual de valores desviados da Petrobras. O que o senhor pensa dessa ideia? Há o risco de transferir o cartel das empresas para o cartel dos investigadores?

Delfim Netto – Isso tudo é uma falácia. Isso é a mesma coisa que você entregar comissão para o fiscal do Imposto de Renda. É uma proposta oportunista. Mas tudo isso vai encontrar o seu limite, o seu equilíbrio. É claro que uma denúncia mal feita tem que ser punida. Nos EUA, se você faz uma denúncia mal feita, você perde o emprego. Nem o procurador-geral da República está acima da lei.

ConJur – O que o senhor pensa sobre o projeto de lei que coíbe abuso de autoridade? Porque hoje o agente público erra e quem paga é o Estado.

Delfim Netto – É claro que tem que ter um projeto que trate do abuso de autoridade. Mas volto a insistir: nós estamos em um processo de aprendizado, e todo processo de aprendizado tem esse zigue-zague. É meio pendular – estava no laxismo completo, vai para o rigorismo absoluto, e depois vai de novo até atingir o seu equilíbrio. Tanto é verdade que já estamos criando condições de anticorpos. Aos poucos vai ter um ajuste, vamos caminhar com relativo equilíbrio.



ConJur – Na sua visão, a principal causa do *impeachment* de Dilma é a crise econômica? É possível ocorrer um processo de *impeachment* sem crise econômica?

Delfim Netto – A principal causa do *impeachment* de Dilma é, digamos, o quadro geral da sua administração. Sobre o *impeachment*, primeiro: ele está absolutamente dentro da lei, dentro das disposições da Constituição. Houve, sim, violação de função; não adianta querer discutir. No setor privado, se o banqueiro tomou emprestado no seu banco, ele vai preso e o banco fecha. No Estado, a Lei de Responsabilidade Fiscal diz que se o Estado pegar emprestado de seu banco, é violação. Esse é o ponto central. Tem os decretos em que a meta fiscal ainda não tinha sido mudada, e ela antecipou e disse "no fim do ano eu ajusto". Então, não há meta. Quer dizer, houve violações. Em condições normais de pressão e temperatura, sem o desastre econômico, ela ia receber um puxão de orelha do Tribunal de Contas da União. Agora, tendo em vista o quadro geral, o conjunto da obra é que se explicitou como violação. Essa justificativa de que "ah, todo mundo fez isso" é pura enganação. O nível em que foi feito nunca foi admitido. Se você olhar, a relação era sempre pequenininha. Aí, de repente, vem uma explosão. Por quê? Foi contabilidade criativa, mistificações, ampliações de restos a pagar. Ela fez todos os truques possíveis, transformou dívida pública em superávit primário. A quantidade de violações é monumental.

ConJur – Essa é a pior crise que o Brasil já enfrentou?

Delfim Netto – A pior crise é sempre aquela que você está vivendo. Depois passa, e você diz que não era tão terrível, que a gente conseguiu escapar e tal. É uma crise muito grave, porque o nível de desintegração das finanças do governo é muito alto. O presidente interino está com uma proposta bastante razoável, essa de fixar o teto, mas ela precisa ser aprovada primeiro. Depois tem que aprovar [medidas] sobre a previdência, sobre a desvinculação, sobre as desvinculações de educação, mas que não tem nenhum efeito, porque o total das despesas vai ser acrescido pela taxa de inflação. Vamos supor que, no ano que vem, a população cresça 1%. O que você está exigindo desses setores? Que eles aumentem a sua produtividade em 1%, e isso com o desperdício, que nós sabemos que existe tanto na saúde como na educação. Mas isso não constitui uma dificuldade maior, porque se trata de problemas de administração. Creio que vai funcionar. O que é importante é o seguinte: precisamos dessas outras medidas: a desvinculação, a eliminação. É preciso continuar a usar o salário mínimo, porque ele é um instrumento de política salarial muito eficiente. Mas para continuar aumentando-o, é preciso eliminar a vinculação entre o salário mínimo e outros benefícios que não tem nada a ver. E o salário mínimo tem que acompanhar o ganho de produtividade. No final, é preciso fazer uma espécie de livre negociação salarial entre trabalhadores e empresas, que é a proposta da Central única dos Trabalhadores, quando eles tiveram um ataque de bom senso, depois de visitar a Alemanha, em 2010. Não se ataca nenhum direito do trabalhador. Pelo contrário: isso permite que o trabalhador sente de um lado, o empregado senta do outro, e eles põem os dados na mesa. Com isso, vê-se que se tudo ficar com um ou com outro, um dos dois morre. Se tudo ficar com o empresário, todo o excedente virar lucro, não tem consumo, e o empresário morre por falta de consumo. Se tudo ficar com o trabalhador, não tem dinheiro para investir, e o trabalhador acaba perdendo o emprego. Portanto, entre esses dois existe um caminho do meio, em que um pedaço vai ficar para cada um. E como isso se dá? Por meio da construção de uma negociação em que o trabalhador vai se integrar do que acontece com a empresa, transparentemente. "Se você quiser um salário mais alto, nós não vamos exportar, portanto o seu emprego vai embora, está certo?" Há uma educação recíproca que caminha para uma sociedade um pouco mais razoável.

ConJur – Mas o trabalhador não ficaria fragilizado nessa situação?

Delfim Netto



– Isso ocorreria sob vigilância do sindicato. Não é porque eles desejam, mas pelos fundamentos da Justiça Trabalhista. Aliás, o Brasil é um dos raros países que tem isso, mas qual é a premissa da Justiça Trabalhista? De que o trabalhador é um hipossuficiente, um idiota, e o empregador é um ladrão. Logo, precisa ter um cara no meio para por ordem. Mas isso é uma coisa completamente falsa. Mais do que isso: você introduz uma arbitrariedade no processo. O maior risco das empresas é que nenhuma delas sabe qual é o seu passivo trabalhista. Então, trata-se de destituições que permitem a segurança do trabalhador e dão flexibilidade para a economia.

ConJur – Na sua opinião, a Justiça do Trabalho tem que acabar?

Delfim Netto – A Justiça do Trabalho nunca mais vai acabar, porque no Brasil nada acaba. Se você olhar o orçamento da União, vai perguntar: por que esse projeto X está aqui? E aí falam que é porque estava no ano passado, mas por que estava no ano passado? Porque estava no ano retrasado. Mas por que estava no ano retrasado? Porque D. João VI pôs. E a gente vai acumulando. Nada sai do orçamento, só entra. Uma das propostas que está aí é de um orçamento de base zero. Ou seja, todos os projetos, todos os programas vão ser reanalisados para estudar custo e benefício. Pegue o caso da Bolsa Família. Um dos maiores absurdos é você ser contra a Bolsa Família. Bolsa Família. É um programa absolutamente extraordinário, e de custo baixíssimo pelo efeito que tem, porque possui condicionalidades importantes. Você dá o mínimo de subsistência para a mãe enquanto ela está gerando o filho, depois dá a subsistência depois do nascimento, com uma assistência médica que o SUS vai fazer, e, no final ela vai por essa criança na escola. O Bolsa Família é o maior fator de igualdade de oportunidades. Onde é que se constrói a desigualdade? É no lar que você nasceu. Uma sociedade civilizada tem que reduzir a importância do acidente do lugar que você nasceu. Não importa se você nasceu numa festa no Waldorf-Astoria [hotel de luxo em Nova York], depois de uma festa brilhante tomando [champanhe] Don Pérignon, ou se de repente, em um sábado de noite, chovendo, debaixo do Museu do Ipiranga, você foi produzido sem querer. Uma vez produzido, você tem direitos. E que direitos? O direito de construir o seu instrumento de apreensão do mundo da mesma forma, ou de forma muito parecida com aquele que nasceu em um lar estruturado. O regime em que nós vivemos é um regime competitivo. A justiça não se faz na chegada, a justiça se faz na saída. Todo mundo tem que ter duas pernas, e depois a corrida é longa, vai depender do seu DNA, da sua sorte, das suas circunstâncias, uma porção de coisas. Onde você vai chegar, não tem injustiça. A injustiça existe se você partiu na frente. Essa sociedade é a que está implícita na Constituição de 1988. A Carta Magna não diz que saúde e educação básicas são universais e gratuitas. Ela diz: saúde e educação básica são para todos, paga por todos. É o maior nivelador da igualdade de oportunidades.

ConJur – Qual é a sua avaliação da Constituição de 1988, 28 anos após o senhor ter ajudado a escrevê-la?

Delfim Netto – A Constituição de 1988 tem muitos defeitos, mas tem muitas virtudes. Ela melhorou a qualidade do Brasil enormemente. Dou o exemplo das vinculações. Eu discutia com o Mário Covas [fundador do PSDB e ex-governador de São Paulo] quando estávamos lá [na Assembleia Constituinte]: “nós dois somos tão inteligentes que vamos deixar na Constituição o seguinte: qualquer idiota que chegue em 2020 no Brasil tem que obedecer o que nós decidimos”. Vinculação é a mesma coisa que você entrar em um avião, levantar voo, colocar no piloto automático e ficar esperando acabar a gasolina, porque o mundo muda! O importante é que dar para o Congresso, que representa a sociedade, a capacidade de fixar as prioridades de acordo com o que elas vão aparecendo. Os objetivos da



Constituição são formidáveis, pois visam à construção de uma sociedade civilizada — que, no fundo, é uma sociedade na qual há plena liberdade de iniciativa. Você corre os riscos e se apropria dos seus resultados, desde que a lei o permita. Segundo: igualdade de oportunidades, feita através de políticas públicas, como saúde e educação básicas pagas por todos. Para a sociedade não tem nada grátis. Quando o meu velho professor André Franco Montoro foi governador de São Paulo em 1982, ele pôs nos ônibus a frase "Transporte: um direito do cidadão e um dever do Estado". E eu dizia "Montoro, não. Transporte é um direito do Pedro pago pelo Paulo". Igualdade de oportunidades exige educação e saúde básicas e programas como o Bolsa Família. Assim, o cidadão é amparado desde o início, e o Estado mitiga o poder através de uma política fiscal. Você encurta o ponto de partida de todos. Se você vai receber uma herança, eu vou cobrar de você um pedaço da herança para nivelar; não vou equalizar, mas eu mitigo o efeito dos ganhos das gerações anteriores de tal jeito que todo mundo sai mais ou menos do mesmo lugar. E como se pretende fazer isso? Através do único sistema que o homem descobriu de produzir com eficiência, que é o mercado, e que é compatível com a liberdade e com a igualdade de oportunidades. Isso tudo é uma invenção do homem. Nada disso é natural. O capitalismo se instalou no século XVIII, XIX, e desde o início teve dificuldades gigantescas. O Karl Marx, melhor do que qualquer um, mostrou isso. Como é que o trabalhador se defendeu? Fazendo sindicatos, criando partidos e construindo o sufrágio universal, que empodera quem não tem capital. E é por isso que essa sociedade é um jogo dialético entre duas instituições: a urna e o mercado. Se a urna exige do mercado mais do que a sociedade pode dar, no próximo round, a urna muda. Se o mercado explora a sociedade mais do que ela suporta, a urna vem e corrige. Você tem um jogo entre as duas instituições que vai caminhando na construção dessa sociedade civilizada a que eu me referi.

ConJur – Qual é o papel do Judiciário na construção dessa sociedade civilizada?

Delfim Netto – Nesse sistema, existe um Estado forte constitucionalmente controlado por um Supremo Tribunal Federal, que é o garante das liberdades. E por que um Estado forte? Para que ele seja suficientemente forte para regular os mercados. O mercado é uma invenção do homem, com todos os defeitos de qualquer invenção do homem. O mercado não é uma criação divina. O mercado, no fundo, é um produto da propriedade privada, que não existe sem o suporte de um Estado forte.

ConJur – E o Supremo tem exercido esse papel?

Delfim Netto – Eu não tenho dúvida. O Supremo tem dado lições extraordinárias. O PT fez oito dos 11 juízes, e as pessoas ficam em dúvida [sobre a imparcialidade da corte]. Eu nunca tive dúvida. Quando um homem chega ao Supremo, ele não tem mais passado, ele só tem futuro. O que você acha que quer um sujeito que chegou lá? “Ah, eu quero deixar pareceres, votos que daqui a 25 anos vão ser citados ‘como dizia o ilustre ministro não sei o que’. Eu vou ajudar a construir essa estrutura do Direito”. Como eu disse, qual foi a maior demonstração que Dilma não tinha mais protagonismo? Foi quando ela não conseguiu aprovar a relação com os estados e foi obrigada a mandar isso para o Supremo. O Supremo não decidiu, o Supremo disse: eu dou 60 dias para vocês chegarem a um entendimento; quer dizer, ele não se meteu naquela eleição maluca de se pode existir juro sobre juro. Quando você tem que mandar para o Supremo uma coisa como essa, é porque já não há mais governo, e eu não tenho dúvida que o Supremo tem se revelado o garante das nossas liberdades. Mas não é bom que o Judiciário interfira em tudo. Essa judicialização da política é tão ruim quanto a politização da Justiça. Nisso eu acho que o Supremo tem se defendido brilhantemente.

ConJur – É possível restabelecer as finanças públicas sem mexer em direitos adquiridos?

Delfim Netto



– Não vai se mexer nunca em direito adquirido, porque começa a desarrumar. O que tem que fazer é discutir os parasitismos que se instalaram nos direitos adquiridos. Por exemplo, a Previdência Social. A previdência do setor privado tem 25 milhões de brasileiros que ganham em média R\$ 900 por mês. A previdência pública tem 900 mil sujeitos que ganham em média R\$ 12 mil. Dá muita coisa por ano. Visivelmente, não há nada de republicano nisso. Ao passo que essa ideia de que somos todos iguais vai se estabelecendo, é preciso encontrar passagens para fazer isso. A reforma da previdência vai ser isso. Não vai tirar direito de ninguém, mas vai dar um regime de passagem que diz o seguinte: daqui a dez anos, vai estar muito melhor do que hoje, e daqui a 25 anos, a previdência não será mais problema.

ConJur – Mas os 900 mil que hoje ganham R\$ 12 mil por mês vão continuar ganhando esses salários?

Delfim Netto – Provavelmente as pensões serão mitigadas, serão estabelecidos limites. Você não vai acabar com isso, nem o Brasil, e nem qualquer outro país do mundo fariam isso — a não ser que haja uma revolução. Mas hoje há uma Constituição, e esses direitos adquiridos vão ser respeitados porque há toda probabilidade de você reduzir os efeitos disso ao longo do tempo. Então, não vai haver ataque ao direito adquirido, porque isso é um negócio muito ruim para o futuro do país. A insegurança jurídica é mortal, e prejudica dramaticamente o processo de crescimento.

ConJur – E o que pode ser feito com a carga tributária?

Delfim Netto – Nada. Se brigar, ela vai crescer. O Estado obviamente é ineficiente — quem é que não sabe disso? Quem é que não sabe que é realmente impossível fazer o Estado ser eficiente? Por quê? Porque o funcionário termina seu expediente na quinta-feira à noite e volta na terça. Quando você está seguro, quando você não tem nenhum risco, sua tendência é se acomodar. Quando você presta um concurso e ganha um lugar de ser inamovível, o que você vai fazer? Vai viver em vez de trabalhar. O que está certo, porque o homem não nasceu para trabalhar. O trabalho é simplesmente um mecanismo para a sua sobrevivência material, porque para você ser homem, você tem que ganhar a sua imunidade, você tem que exercer as suas potencialidades, e isso depende de educação e de saúde.

ConJur – O que prejudica mais o país, tanto na área do Poder Público como na sociedade: corrupção ou ineficiência?

Delfim Netto – Ineficiência. A corrupção vai ser corrigida, vai voltar para o índice que existe em qualquer sociedade do mundo. O que nós precisamos corrigir é a ineficiência do serviço público, que é uma questão de administração.

ConJur – O fim da estabilidade dos empregos públicos, como o senhor mencionou, seria um caminho para aumentar a eficiência do Estado ?

Delfim Netto – Nos cargos de Estado, você precisa de uma relativa estabilidade. Nos outros, não. Tanto que, em 1984, 1985, não tinha nenhuma estabilidade, a não ser nos cargos de Estado. Quem estabeleceu a estabilidade para todo mundo foi o Collor, porque o governo tinha que pagar o INSS dos não estáveis, dos estatutários, dos contratados. Ele achou que era uma grande coisa, e transformou todos em estatutários e não recolheu o INSS.

ConJur – O senhor citou o salário mínimo como uma ferramenta de equilíbrio nas relações sociais. Mas o grande aumento do salário mínimo a partir de 2003, de US\$ 72 para US\$ 272 em 2016, não foi um dos fatores responsáveis pela explosão da previdência?

Delfim Netto



– Não, porque você usou o salário mínimo como indexador. O salário mínimo não pode ser um indexador. Senão não é possível melhorar o salário mínimo. Até a Alemanha, depois de 70 anos, rendeu-se e estabeleceu o salário mínimo, porque um salário mínimo que tenha 40% do salário mediano é um bom instrumento para melhorar a distribuição da renda. Você não pode é usar esse salário mínimo como indexador das outras despesas.

ConJur – Muitos especialistas afirmam que a tributação brasileira, mais focada no consumo do que na renda, é um grande fator para a desigualdade. O senhor concorda com essa visão?

Delfim Netto – Eu não tenho dúvida. O problema do Brasil é uma carga tributária extremamente elevada e extremamente mal distribuída.

ConJur – E como mudar isso? Com alíquotas mais altas do Imposto de Renda para os mais ricos e criação de imposto sobre grandes fortunas?

Delfim Netto – Tributação de grandes fortunas é coisa de pessoas generosas que não gostam de ler, não gostam de estudar. A tributação de grandes fortunas não funciona em nenhum lugar do mundo. Pelo contrário: é um imposto ruim, que dá um poder inacreditável ao Fisco. Eles dizem assim: “ah, isso é um tapete persa que você trouxe de Istambul que vale US\$ 300 mil”. Você fala que não, que comprou na feira ali, e eles não acreditam, arranjam a expertise.

ConJur – Na sua visão, o futuro do país vai ser bom?

Delfim Netto – Nós não temos capacidade para impedir o Brasil de voltar a crescer.

Date Created

14/07/2016